

1

Publicação do Acórdão do TEMA 526 pelo STF

(Paradigmas RE 669465 e RE 883168)

Questão Submetida a julgamento: Recurso extraordinário em que se discute, à luz dos artigos 201, V, e 226, § 3º, da Constituição Federal, a possibilidade, ou não, de reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada.

Tese firmada: "É incompatível com a Constituição Federal o reconhecimento de direitos previdenciários (pensão por morte) à pessoa que manteve, durante longo período e com aparência familiar, união com outra casada, porquanto o concubinato não se equipara, para fins de proteção estatal, às uniões afetivas resultantes do casamento e da união estável".

Assuntos: DIREITO PREVIDENCIÁRIO; Benefícios em Espécie; Ex-combatentes DIREITO CIVIL; Família; União Estável ou Concubinato

[Inteiro Teor](#)

2

Publicação do Acórdão do TEMA 1054 pelo STJ

(Paradigmas RESP 1858965 e RESP 1865336 e RESP 1864751)

Questão Submetida a julgamento: Definir acerca da obrigatoriedade, ou não, de a fazenda pública exequente, no âmbito das execuções fiscais, promover o adiantamento das custas relativas às despesas postais referentes ao ato citatório, à luz do art. 39 da Lei 6.830/80.

Tese firmada: "A teor do art. 39 da Lei 6.830/80, a fazenda pública exequente, no âmbito das execuções fiscais, está dispensada de promover o adiantamento de custas relativas ao ato citatório, devendo recolher o respectivo valor somente ao final da demanda, acaso resulte vencida."

Assuntos: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO; Sucumbência; Custas.

[Inteiro Teor](#)

3

Trânsito em julgado do TEMA 452 pelo STF

(Paradigma RE 639138)

Questão Submetida a julgamento: Recurso extraordinário em que se discute, à luz do princípio da isonomia e do artigo 202, caput, e § 1º (redação anterior ao advento da Emenda Constitucional 20/98), da Constituição Federal, a validade, ou não, de cláusula de contrato de previdência complementar que, ao prever percentuais distintos entre homens e mulheres para cálculo e concessão de complementação de aposentadoria, estabelece valor inferior do benefício para as mulheres, tendo em conta o seu menor tempo de contribuição.

Tese firmada: "É inconstitucional, por violação ao princípio da isonomia (art. 5º, I, da Constituição da República), cláusula de contrato de previdência complementar que, ao prever regras distintas entre homens e mulheres para cálculo e concessão de complementação de aposentadoria, estabelece valor inferior do benefício para as mulheres, tendo em conta o seu menor tempo de contribuição".

Assuntos: DIREITO PREVIDENCIÁRIO; Benefícios em Espécie; Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6) DIREITO CIVIL; Obrigações; Espécies de Contratos; Previdência privada DIREITO DO TRABALHO; Aposentadoria e Pensão; Complementação de Aposentadoria / Pensão

[Inteiro Teor](#)

4

Trânsito em julgado do TEMA 700 pelo STF

(Paradigma RE 634764)

Questão Submetida a julgamento: Constitucionalidade da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) sobre a atividade de exploração de jogos e apostas, tais como a venda de bilhetes, de pules ou de cupons de apostas, e a validade da base de cálculo utilizada.

Tese firmada: "É constitucional a incidência de ISS sobre serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios e prêmios (item 19 da Lista de Serviços Anexa à Lei Complementar 116/2003). Nesta situação, a base de cálculo do ISS é o valor a ser remunerado pela prestação do serviço, independentemente da cobrança de ingresso, não podendo corresponder ao valor total da aposta".

Assuntos: DIREITO TRIBUTÁRIO; Impostos; ISS/ Imposto sobre Serviços DIREITO TRIBUTÁRIO; Crédito Tributário; Fato Gerador/Incidência

[Inteiro Teor](#)

5

Trânsito em julgado do TEMA 899 pelo STF

(Paradigma RE 636886)

Questão Submetida a julgamento: Prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.

Tese firmada: "É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas".

Assuntos: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO; Entidades Administrativas / Administração Pública; Tribunal de Contas DIREITO CIVIL; Fatos Jurídicos; Prescrição e Decadência

Inteiro Teor

6

Trânsito em julgado do TEMA 944 pelo STF

(Paradigma RE 954858)

Questão Submetida a julgamento: Agravo contra decisão pela qual inadmitido recurso extraordinário em que se discute, com fundamento nos arts. 1º, inc. III, 3º, incl. IV, 4º, incs. II, IV e V, 5º, incs. II, XXXV e LIV, e 133 da Constituição da República, o alcance da imunidade de jurisdição de estado estrangeiro em relação a ato de império ofensivo ao direito internacional da pessoa humana.

Tese firmada: "Os atos ilícitos praticados por Estados estrangeiros em violação a direitos humanos não gozam de imunidade de jurisdição".

Assuntos: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO; Jurisdição e Competência; Imunidade de Jurisdição DIREITO INTERNACIONAL; Proteção Internacional a Direitos Humanos

Inteiro Teor

7

Trânsito em julgado do TEMA 1025 pelo STJ

(Paradigma RESP 1818564)

Questão Submetida a julgamento: Discute-se cabimento de ação de usucapião tendo por objeto imóvel particular desprovido de registro, situado no Setor Tradicional de Planaltina-DF e inserido em loteamento que, embora consolidado há décadas, não foi autorizado nem regularizado pela Administração do Distrito Federal.

Tese firmada: "É cabível a aquisição de imóveis particulares situados no Setor Tradicional de Planaltina/DF, por usucapião, ainda que pendente o processo de regularização urbanística."

Assuntos: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO; DIREITO CIVIL; Coisas; Propriedade; Aquisição; Usucapião Extraordinária; REGISTROS PÚBLICOS; Registro de Imóveis

Inteiro Teor

8

Trânsito em julgado do TEMA 1030 pelo STJ

(Paradigma RESP 1807665)

Questão Submetida a julgamento: Discute-se a possibilidade, ou não, à luz do art. 3º da Lei n. 10.259/2001, de a parte renunciar ao valor excedente a sessenta salários mínimos, aí incluídas prestações vincendas, para poder demandar no âmbito dos juizados especiais federais.

Tese firmada: "Ao autor que deseje litigar no âmbito de Juizado Especial Federal Cível, é lícito renunciar, de modo expresse e para fins de atribuição de valor à causa, ao montante que exceda os 60 (sessenta) salários mínimos previstos no art. 3º, caput, da Lei 10.259/2001, aí incluídas, sendo o caso, até doze prestações vincendas, nos termos do art. 3º, § 2º, da referida lei, c/c o art. 292, §§ 1º e 2º, do CPC/2015."

Assuntos: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO; Competência; Liquidação; Cumprimento; Execução; Requisição de Pequeno Valor - RPV; Atos Processuais; Valor da Causa.

[Inteiro Teor](#)

9

Trânsito em julgado do TEMA 1055 pelo STJ

(Paradigmas RESP 1788404 e RESP 1674221)

Questão Submetida a julgamento: Definir se é possível - ou não - a inclusão do valor de eventual multa civil na medida de indisponibilidade de bens decretada na ação de improbidade administrativa, inclusive naquelas demandas ajuizadas com esteio na alegada prática de conduta prevista no art. 11 da Lei 8.429/1992, tipificador da ofensa aos princípios nucleares administrativos.

Tese firmada: "É possível a inclusão do valor de eventual multa civil na medida de indisponibilidade de bens decretada na ação de improbidade administrativa, inclusive naquelas demandas ajuizadas com esteio na alegada prática de conduta prevista no art. 11 da Lei 8.429/1992, tipificador da ofensa aos princípios nucleares administrativos".

Assuntos: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO; Improbidade Administrativa; Violação aos Princípios Administrativos.

[Inteiro Teor](#)

Supremo Tribunal Federal:

- STF reafirma entendimento sobre possibilidade de inscrição de investigado em curso de reciclagem de vigilante (Tema 1171).

[Leia Mais](#)

- "Sextas Inteligentes" destaca atuação da Defensoria no sistema de precedentes.

[Leia Mais](#)

Superior Tribunal de Justiça:

- Candidato a cargo que exige curso técnico pode tomar posse com diploma superior na mesma área (Tema 1094).

[Leia Mais](#)

- Fazenda Pública não precisa adiantar custas para citação em processo de execução fiscal (Tema 1054).

[Leia Mais](#)

Conselho da Justiça Federal:

- TNU realizará abertura da sessão em ambiente eletrônico a partir do dia 15 de outubro.

[Leia Mais](#)

Boletim Nugep em formato PDF

Em atendimento a solicitações de magistrados que pretendem salvar itens específicos desse informativo, ou enviá-los para assessores, informamos que a íntegra de cada Boletim Nugep no formato PDF se encontra no site do Tribunal Regional Federal, no setor correspondente à "Gestão de Precedentes".

Para acesso direto, [clique aqui](#)

Este Boletim está sendo elaborado em cumprimento ao art. 7º, VIII, da Resolução CNJ nº 235/2016, e do art. 1º, VIII, da Resolução PRESI/TRF1 nº 44/2016, que determinam ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes que proceda a ampla divulgação da sistemática de precedentes, informando as alterações referentes à Repercussão Geral (RG), aos Recursos Repetitivos (RR), ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), ao Incidente de Assunção de Competência (IAC), em especial comunicando a publicação e o trânsito em julgado dos acórdãos dos paradigmas para os fins dos arts. 985; 1.035, § 8º; 1.039; 1.040 e 1.041 do Código de Processo Civil.

Nugep@trf1.jus.br

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes
(61)3314-5994

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Desembargador Federal Italo Fioravanti Sabo Mendes
Presidente

Juiz Coordenador:

Juiz Federal Roberto Carvalho Veloso

Ricardo Teixeira Marrara – Diretor NUGEP
Klayton César Barbosa de Sousa – Assessor NUGEP
Juliano Vasconcelos – Assessor NUGEP
Hugo Pereira Leite Filho – Assessor NUGEP
Sandra Regina Pereira – Assistente NUGEP
Rogério Lima Gois – Assistente NUGEP
Elisson Ferreira Bezerra – Prestador de Serviços
Pedro Henrique Fernandes Sousa - Estagiário NUGEP
Lucas Diogo dos Santos - Estagiário NUGEP